

“Pela sobrevivência da civilização”: a viagem de profissionais de imprensa baianos
aos Estados Unidos nos jornais *A Tarde* e *O Imparcial* (1943)

RAQUEL OLIVEIRA SILVA*

Este artigo tem como objetivo apresentar indícios de como ocorreu a aproximação entre a imprensa da Bahia e as instituições governamentais norte-americanas, com ênfase nas notícias e reportagens relacionadas à viagem aos Estados Unidos de dois jornalistas baianos, Simões Filho, diretor de *A Tarde*, e Wilson Lins, redator-chefe de *O Imparcial*, publicadas em ambos os periódicos, em 1943. Ocorrido no contexto da Segunda Guerra Mundial, esse intercâmbio foi patrocinado pelo OCIAA (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), dirigido por Nelson Rockefeller e encarregado de desenvolver um programa de persuasão ideológica e penetração cultural, contrabalançando a propaganda do Eixo na América Latina.

Dois jornalistas baianos nos Estados Unidos

Na edição do dia 08 de agosto de 1943, o jornal baiano *O Imparcial* publicou um editorial de seu redator-chefe, Wilson Lins, discorrendo sobre o regime político dos Estados Unidos. Segundo o autor, a democracia americana estava presidindo uma grande experiência social, “maior talvez do que a experiência russa”, “uma realidade humana que desafia e desarma a mais fantástica das imaginações delirantes”. Lins afirmava que as instituições sociais e órgãos governativos dos Estados Unidos eram poderes “nascidos do povo”, cuja força era inspirada “no mais sincero e inviolável respeito” aos interesses e aspirações populares. Sempre comparando com o modelo russo, o redator-chefe de *O Imparcial* apontava as vantagens do sistema capitalista para a classe trabalhadora, afinal, nele era possível “ter um automóvel, ir ao Music Hall e fazer greve”. Assim sendo, para o autor, eram “incalculáveis os benefícios do capitalismo ao povo norte-americano.” Embora admitisse a União Soviética como uma grande experiência, considerava-a dolorosa e sacrificante. Já os Estados Unidos, pelo contrário, seriam “uma grande experiência sem sacrificar ninguém” (*O Imparcial*, 8 de agosto de 1943).

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Os excertos acima são exemplos do discurso favorável às instituições políticas, modelo econômico e padrão de vida dos Estados Unidos, disseminado nas páginas dos jornais baianos na primeira metade da década de 1940. As apreciações e os argumentos da imprensa da Bahia assumiram um caráter marcadamente americanista na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, que se desenvolvia à época. O americanismo é entendido aqui como uma ideologia programática, cujos elementos mais importantes tomaram corpo nos Estados Unidos na primeira metade do século XX e passaram por um processo de implantação na América Latina (TOTA, 2000: 18). Para Tocqueville, mais do que simplesmente implementar preponderância política, militar e econômica sobre a América do Sul, a América do Norte apontaria para um processo em que o atraso ibérico, sob o impacto das diferentes influências exercidas pelo seu vizinho anglo-saxão, se converteria “às luzes” e se modernizaria, rompendo com os fundamentos de sua própria história. Assim, Tocqueville vai entender que a experiência americana não é irredutível à sua formação nacional, devendo e podendo ser absorvida pelos países de raiz ibérica (VIANNA, 1997: 91). Dentre os componentes fundamentais do americanismo, pode-se citar a democracia, sempre associada aos heróis americanos e, em especial, às ideias de liberdade, direitos individuais e de independência, e o progressivismo, vinculado à ideia de um mundo de abundância e à capacidade criativa do povo estadunidense (TOTA, 2000: 19).

A conjuntura mundial de 1940 fortaleceu a importância do Brasil como parceiro no hemisfério e, assim, tornou-se imperativo à política externa norte-americana americanizar o vizinho latino por vias pacíficas, a fim de quebrar possíveis resistências à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos (TOTA, 2000: 19). De fato, a Segunda Guerra Mundial pode ser considerada como o ponto de virada nas relações entre os dois países. Iniciado em 1939, com a invasão da Polônia pelo Exército da Alemanha nazista, o conflito foi caracterizado pelo enfrentamento entre os regimes autocráticos de direita (nazismo alemão, fascismo italiano e militarismo japonês), que compunham o chamado Eixo, e os regimes liberal-democráticos dos Estados Unidos, Inglaterra e França, conhecidos como os Aliados, aos quais se juntaram a União Soviética e a China. Apesar de a repercussão dos confrontos ter sido inicialmente fraca na Bahia, o interesse à distância que a população local tinha pela guerra começou a mudar quando o conflito alcançou o Brasil com o torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, em fevereiro de 1942 (SAMPAIO, 1995).

Seguiram-se outros ataques, ocorridos no litoral da Bahia e de Sergipe, que revoltaram a população de várias cidades brasileiras e motivaram as primeiras manifestações de rua após o golpe de 10 de novembro de 1937, em foi instaurada a ditadura do Estado Novo, regime vigente à época no Brasil. A opinião pública nacional, impulsionada pelos antifascistas, pelos simpatizantes dos Estados Unidos, pelos comunistas e pelos estudantes, que constituíram maioria, pressionava para que o Brasil abandonasse a posição de neutralidade até então adotada diante dos confrontos, comprometendo-se nessa luta contra a agressão nazista, como já haviam feito outros países americanos. No bojo das mobilizações voltadas ao rompimento das relações do governo brasileiro com os países do Eixo e em prol do envio de tropas brasileiras para combater na Europa, Sociedades de Amigos da América foram criadas em diferentes estados do Brasil. Na Bahia, esta sociedade foi criada com a ativa participação dos estudantes comunistas, entre eles Jacob Gorender e João Falcão (FALCÃO, 1999: 64). Pressionado pelas manifestações de rua e por integrantes do regime estadonovista entusiastas da causa aliada, o governo federal, que rompera relações diplomáticas com os países do Eixo em janeiro de 1942, declarou guerra à Alemanha, Itália e Japão em agosto do mesmo ano (TAVARES, 1987: 431).

O repúdio ao nazifascismo repercutiu em toda a sociedade baiana e nos periódicos não foi diferente. A partir de então, foi possível identificar, nas páginas dos jornais de maior circulação no estado, a existência de um posicionamento favorável aos Aliados e à defesa de um esforço de guerra contra o Eixo. A própria Associação Bahiana de Imprensa (ABI), em setembro de 1942, manifestou solidariedade ao governo e declarava por os jornalistas da Bahia à disposição do País, “nesta hora grave, em que o nosso povo se levanta num só movimento de indignação e disposição para a luta, os seus serviços e as suas pessoas” (ASSOCIAÇÃO..., 01 de setembro de 1942: 62). Desse modo, havia na imprensa baiana elementos argumentativos que buscavam mobilizar a população sobre a importância da participação da sociedade brasileira na guerra contra o nazifascismo. Nesse sentido, os jornais divulgavam os êxitos das potências democráticas na guerra, transmitidos pelas agências transnacionais de notícias, e incluíam informações sobre os movimentos patrióticos ocorridos a nível local e nacional.

Desse modo, com a entrada do Brasil no conflito, a imprensa da Bahia empenhou-se em disseminar um discurso antifascista, vinculado à ideologia liberal, no qual os Estados Unidos apareciam como seu maior representante. De fato, na Segunda Guerra Mundial, o país

norte-americano conseguiu submeter à sua hegemonia as nações mais fracas, pois entrou no conflito com o mercado interno em relativo equilíbrio e não sofreu, diretamente, os prejuízos da destruição, implementando a sua tutela sobre o mundo capitalista e colonial e igualando, na submissão política, potências industriais e países atrasados. Apenas a União Soviética e os povos em revolução escapavam ao seu domínio. Com a Europa devastada pela guerra, os Estados Unidos constituíam a única fonte de financiamento externo e *know-how* tecnológico, contribuindo para recrudescer a dominação norte-americana sobre o restante do mundo (BANDEIRA, 1982: 309).

Já o Brasil precisava buscar capitais estrangeiros privados para seu crescimento e, como um país capitalista em desenvolvimento, sentiu todo o impacto da influência estadunidense. Embora formalmente cordiais, os laços entre Estados Unidos e Brasil não eram, até meados da década de 1930, prioritários para nenhum dos dois países. Foi a administração Roosevelt, preocupada com a crescente e ostensiva atração do governo de Getúlio Vargas em direção ao nazifascismo, que deu início a um processo de aproximação que terminaria, durante a Segunda Guerra Mundial, produzindo um dos poucos momentos na história das relações entre Estados Unidos e Brasil que podem ser classificados como de vinculação estreita (SILVA, 1991: 44).

Nesse sentido, o contexto de conflito mundial representou o melhor momento do sistema interamericano. Ao longo dos confrontos contra o Eixo, o Brasil foi o mais fiel aliado dos Estados Unidos na América Latina. Além de ceder bases no Nordeste, o país constituiu-se num grande fornecedor de materiais estratégicos. Além disso, em julho de 1944 o Brasil enviou uma força expedicionária de 25 mil homens ao teatro de guerra europeu – as únicas tropas latino-americanas que entraram em ação durante o conflito. De seu lado, os Estados Unidos forneceram equipamento militar – inclusive tanques e aviões – dentro do programa *Lend-Lease* (Empréstimo e Arrendamento). Os Estados Unidos continuaram sendo o grande mercado do café, principal produto de exportação do Brasil, e de outros alimentos. E, embora incapazes de fornecer ao aliado todos os bens manufaturados de que ele precisava, em parte devido às restrições à navegação, os Estados Unidos fizeram empréstimos e deram assistência técnica, o que acelerou consideravelmente o desenvolvimento econômico – e especialmente o industrial – do país (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996: 43).

Dessa forma, a fim de se colocar em condições de atrair mais capital norte-americano, um clima apropriado para o investimento estrangeiro teve de ser criado, dando-se ainda

diversos tipos de garantias, reais ou simbólicas. Exigia-se o compromisso com o desenvolvimento capitalista, liberal, e com uma “ideologia de produção”, sem traços de nacionalismo. Com efeito, na década de 1940, como consequência das relações diplomáticas especiais que os dois países começaram a manter, o governo norte-americano passou a gastar mais dinheiro para promover a influência dos Estados Unidos no Brasil, como parte de seu esforço de guerra no setor ideológico (MOURA, 1980: 139). Interessados em manter o continente como parte de seu mercado, os Estados Unidos promoveram uma obra de americanização no Brasil (TOTA, 2000: 35). O sistema de poder estadunidense desde cedo começou a passar à América Latina uma ideologia internacionalista, que suplantava a ideia de defesa nacional dos Estados Unidos e acentuava a solidariedade entre as nações americanas e o respeito à sua soberania, em nome de um objetivo maior: a defesa hemisférica contra o inimigo externo, corporificando-se nos ideais do pan-americanismo (MOURA, 1980: 139).

Os “valores pan-americanos” não se propagavam de maneira espontânea. Nesse sentido, o governo dos Estados Unidos adotou uma série de medidas para garantir o êxito do empreendimento. Tratou de dar novo alento às instituições pan-americanas já existentes e a órgãos governamentais norte-americanos, como a Divisão Cultural do Departamento de Estado e o Comitê Interdepartamental de Cooperação com as Repúblicas Americanas. A decisão talvez mais importante foi a criação do OCIAA (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), entregue à direção de Nelson Rockefeller e encarregado de contrabalançar a crescente propaganda do Eixo na América Latina. A amplitude desse novo órgão pode ser avaliada pelo exame de seus objetivos: persuadir as nações latino-americanas a seguir a liderança estadunidense em oposição ao Eixo, integrar a economia americana com a dos Estados Unidos em um mesmo sistema, impedir revoluções nas Américas e lutar contra os agentes nazifascistas. E tudo isso sem dar a impressão de que estavam interferindo nos negócios internos dos Estados soberanos (MOURA, 1980: 140).

Sem dúvida, havia a luta contra a expansão do nazismo, mas acima de tudo prevalecia a necessidade de afastar da América Latina os produtos alemães que concorriam com os americanos. Os objetivos político-econômicos estavam na base do projeto da agência e, para atingi-los, deu-se importância notável às atividades culturais e à comunicação (TOTA, 2000: 51). Para Nelson Rockefeller, o futuro dos negócios norte-americanos na América Latina dependia da venda não só dos produtos, mas do modo de vida estadunidense. Portanto, a fim de que houvesse sucesso no campo econômico, era imperativa a consolidação de uma base no

campo ideológico. Era necessário empregar todos os meios para solidificar a imagem de um modelo a ser seguido, isto é, os Estados Unidos deveriam ser um paradigma, com forte destaque para a defesa do liberalismo e da democracia (TOTA, 2000: 54).

Para atingir suas finalidades, o OCIAA desenvolveu um programa extraordinariamente complexo de persuasão ideológica e penetração cultural. Dessa maneira, o governo norte-americano passou a investir largas somas para, entre outras atividades, distribuir artigos à imprensa latino-americana e patrocinar viagens de jornalistas aos Estados Unidos (SILVA, 1991: 79). De fato, a imprensa e a propaganda impressa eram meios importantes para a divulgação dos princípios do americanismo “fabricado” pela Office, afinal, a Divisão de Imprensa era uma das maiores da agência (TOTA, 2000: 54-56).

A imprensa baiana foi fortemente influenciada por esse esforço de guerra no setor ideológico. Em março de 1943, o jornal *A Tarde* noticiou a instalação, em Salvador, do escritório do “Coordination Comitee for Bahia” – Sub-Comitê do Coordenador dos Assuntos Inter-Americanos. Esse Sub-Comitê tinha como função divulgar o programa continental de aproximação entre a Bahia e os Estados Unidos, subordinado, como os dos demais estados, à Comissão de Coordenação dos Assuntos Inter-Americanos, responsável pelo governo estadunidense por cuidar “da manutenção e estreitamento da amizade que une os dois povos das Américas” (*A Tarde*, 26 de março de 1943). Não por acaso, há indícios de que a presença de membros do Comitê da Coordenação Inter-Americana da Bahia era constante entre os jornalistas locais, sobretudo nas reuniões da Associação Bahiana de Imprensa (ABI). Em junho de 1943, a Associação realizou uma sessão conjunta com o Comitê da Coordenação Inter-Americana da Bahia, quando o presidente da ABI manifestou “grande satisfação dos jornalistas bahianos de receberem a visita dos representantes da nação amiga e aliada, dizendo que esses contatos eram necessários à causa pela qual todos trabalhavam”. Além disso, expressou-se agradecimento pelo modo como vinham sendo tratados os jornalistas brasileiros em visita aos Estados Unidos, dentre os quais constavam dois baianos: Simões Filho, diretor de *A Tarde*, e Wilson Lins, redator-chefe de *O Imparcial* (ASSOCIAÇÃO..., 30 de junho de 1943: 95-96).

Durante o mês de julho de 1943, há reportagens em ambos os periódicos da Bahia relatando todas as atividades dos profissionais de imprensa em intercâmbio nos Estados Unidos. Por meio de uma análise dessas matérias, percebe-se que os jornalistas brasileiros tinham uma agenda oficial a cumprir, com breves folgas para a resolução de assuntos pessoais

e passeios turísticos. Em alguns momentos, fica evidente o envolvimento dos representantes das folhas no esforço de guerra imposto pela participação do Brasil no conflito mundial. Na edição de 04 de julho de 1943 do jornal *O Imparcial*, consta uma nota relatando o almoço oferecido em Boston aos jornalistas do Brasil, entre os quais figuravam Wilson Lins, Mota Lima, Chaves Neto, Belisário Souza e André Carrazoni. De acordo com o texto, esses representantes da imprensa brasileira “reafirmaram as intenções de seu país de enviar tropas além do mar, afim de prestar sua colaboração aos exércitos aliados, logo que nesse sentido receba ordens do alto comando” (*O Imparcial*, 04 de julho de 1943). Dois dias depois, o referido periódico noticiou um almoço oferecido em Nova York pelo coordenador dos negócios inter-americanos, ao qual compareceram não apenas os jornalistas brasileiros, mas também profissionais de imprensa norte-americanos e “pessoas de destaque social”. Segundo a matéria, os jornalistas brasileiros estariam impressionados com a maneira “cavalheiresca com que têm sido tratados no meio de todos, bem como a vontade de ganhar a guerra, reinante não só nos meios oficiais, como também nos meios operários, homens e mulheres” (*O Imparcial*, 06 de julho de 1943). Consta ainda que os profissionais de imprensa do Brasil seguiriam depois para Washington, onde permaneceriam cinco dias em visita aos líderes governamentais norte-americanos. Esse encontro sugere que a viagem ao país de Roosevelt se tratava não somente de um intercâmbio para aperfeiçoamento das técnicas do jornalismo brasileiro, mas inclusive uma iniciativa com objetivos políticos de estreitamento das relações entre os países americanos, no contexto da guerra.

Em 08 de julho de 1943, *O Imparcial* divulgou o comparecimento dos jornalistas brasileiros à National Broadcasting Company. A reportagem não deixou de relatar o ligeiro e curioso contratempo pelo qual os convidados passaram: os empregados dos elevadores declararam greve, forçando os brasileiros a descer algumas escadas. Contudo, para que a impressão de harmonia e superioridade norte-americana, tão propagada pela imprensa à época, não fosse comprometida, a matéria destaca que a inconveniente paralisação durou “menos de meia hora”. Depois da visita, os jornalistas falaram ao Brasil em ondas curtas da NBC, sendo apresentados por Carlos Cavalcanti, da divisão brasileira daquela emissora. No seu momento de usar a palavra, Wilson Lins declarou que, “nas fisionomias dos soldados norte-americanos, vê-se estampada a convicção de que estão lutando numa guerra gloriosa, em caminho da vitória”. Os demais jornalistas brasileiros presentes reiteraram a importância de reforçar o pan-americanismo, restaurando e garantindo a paz mundial, cabendo à imprensa

e aos governos guiar as nações no sentido de formar a unidade moral dos países americanos (*O Imparcial*, 08 de julho de 1943).

A edição do dia 09 de julho de 1943 de *O Imparcial* noticiou uma visita dos jornalistas brasileiros ao jornal *New York Times*, seguida de um almoço no qual foram lidas mensagens do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Osvaldo Aranha, do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, assim como do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses. Aproveitando o ensejo, Ernesto Simões Filho, do periódico baiano *A Tarde*, agradeceu pela hospitalidade, declarando esperar que os brasileiros formassem uma ideia de americanismo, pois, “se há alguém no Brasil que ainda nutre suspeitas a respeito da amizade entre os Estados Unidos e o nosso país, está errado. Podemos dar nosso testemunho contrário. Os Estados Unidos são muito sinceros amigos nossos” (*O Imparcial*, 09 de julho de 1943). Caso ainda houvesse quem suspeitasse da aproximação entre os dois países americanos, a imprensa baiana parecia firme no propósito de dirimir as reservas, sendo para tanto subsidiada por órgãos governamentais estadunidenses, conforme se depreende dessas reportagens.

Em 14 de julho, foi divulgada em *O Imparcial* a chegada do grupo de jornalistas brasileiros a Washington, onde foram informados que tomariam parte na entrevista coletiva a ser concedida à imprensa pelo presidente Roosevelt, como fazia habitualmente às sextas-feiras. Mais tarde, de acordo com o jornal, foram recebidos por Nelson Rockefeller em sua residência particular. Novamente reforçando a participação do jornalismo nacional no combate ao Eixo, a reportagem é encerrada com a informação de que outras homenagens ainda seriam prestadas aos representantes da imprensa brasileira, “que muito tem contribuído para o esforço de guerra das Nações Unidas, sentinela avançada na luta pela democracia” (*O Imparcial*, 14 de julho de 1943). Na edição do dia 17 de julho da mesma folha, consta que a entrevista com Roosevelt encerraria o programa oficial da visita dos representantes da imprensa brasileira à América do Norte, durante o qual, segundo *O Imparcial*, eles “tiveram a oportunidade de observar a assombrosa produção bélica da América, bem como a vida militar e civil do povo americano, observação que lhes proporcionou uma ótima impressão” (*O Imparcial*, 17 de julho de 1943).

Com o retorno dos jornalistas brasileiros à sua terra-natal, foi divulgado no jornal *A Tarde* um anúncio da Associação Bahiana de Imprensa, em que os membros do Comitê Inter-Americano na Bahia, D. E. Goodrich e W. H. Denning, ofereciam um coquetel em

homenagem à imprensa, a ser celebrado no Hiatt Clube. Deveriam comparecer ao evento jornalistas e intelectuais baianos, numa “confraternização a unir ainda mais os dois países” (*A Tarde*, 23 de julho de 1943). Dessa forma, há indícios de que a aproximação entre a imprensa baiana e as instituições governamentais norte-americanas não se resumia à realização do intercâmbio, mas demonstrava ser uma iniciativa que perduraria enquanto se impusessem as necessidades dos grupos cujos interesses estavam em jogo no contexto da guerra.

De acordo com a edição de 28 de julho de *O Imparcial*, compareceram ao evento os membros da Comissão de Coordenação Interamericana, representantes dos jornais baianos, o diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e correspondentes telegráficos. Na ocasião, foram exibidos filmes de guerra, uma película de músicas clássicas executadas por uma grande orquestra juvenil de Nova York e aspectos de novos métodos de fotografia já adotados no conflito corrente pelas forças armadas dos Estados Unidos. Em seguida, foi transcrita uma longa declaração do jornalista dr. Matos Filho, de *O Imparcial*, a respeito do esforço de guerra no qual todos os presentes se achavam engajados, “inspirados por altos sentimentos com o propósito de realizar a tarefa que nos incumbe, pela ‘sobrevivência da civilização’” (*O Imparcial*, 28 de julho de 1943). Noticiando a mesma ocasião, segundo o jornal *A Tarde*, o Sr. D. E. Goodrich lembrou que a primeira reunião em conjunto, na sede da DEIP, foi marcada pelo aniquilamento das forças eixistas na campanha da Tunísia e agora, naquele dia, o evento importante foi a queda do ditador italiano Benito Mussolini. Após desejar que dali por diante todos os encontros tivessem novos acontecimentos a festejar, o membro do Comitê de Coordenação parabenizou a imprensa baiana pela sua obra em prol do “estreitamento, cada vez maior, dos laços de amizade interamericana” (*A Tarde*, 28 de julho de 1943).

No dia 10 de agosto, de acordo com *O Imparcial*, foi realizada uma reunião da Associação Bahiana de Imprensa na qual, entre outros assuntos, foi celebrado o retorno dos jornalistas baianos Wilson Lins e Simões Filho da caravana rumo aos Estados Unidos. E, para reiterar novamente o compromisso da imprensa no andamento do conflito, o Comitê dos Assuntos Inter-Americanos ofereceu uma exibição de filmes recém-chegados sobre o esforço de guerra das Nações Unidas (*O Imparcial*, 11 de agosto de 1943).

Ainda foi possível encontrar uma notícia sobre o intercâmbio dos jornalistas brasileiros nos Estados Unidos numa edição de setembro de 1943 do jornal *A Tarde*. Nela, foi divulgada uma recepção oferecida aos profissionais de imprensa que participaram da caravana

a caminho do país norte-americano. O evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, na sede do Instituto Brasil-Estados Unidos, tendo o diretor de *A Tarde*, Ernesto Simões Filho, respondido em nome de seus colegas “num discurso de entusiasmo pelo progresso e pela cultura da nação amiga”. Representando o governo ianque, estava presente o conselheiro da Embaixada, John Simmons (*A Tarde*, 27 de setembro de 1943). Outra notícia tardia a respeito da viagem foi publicada em novembro daquele ano, em forma de breve entrevista com Harry W. Frantz, co-diretor, em Washington, da Divisão de Imprensa do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos. Para ele, a visita “teve a virtude de intensificar ainda mais o sempre crescente interesse dos jornais norte-americanos pelas notícias procedentes do Brasil e factos da vida brasileira” (*A Tarde*, 24 de novembro de 1943).

Portanto, pelo que se depreende das notícias e reportagens acerca da viagem dos jornalistas brasileiros aos Estados Unidos em 1943, esse intercâmbio foi patrocinado por uma instituição governamental norte-americana com o objetivo de promover o estreitamento das relações entre os dois países. Essa iniciativa pode ser considerada como parte do esforço de guerra no setor ideológico, contando com a participação destacada de profissionais de imprensa baianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATA da 369ª sessão ordinária da diretoria da Associação Bahiana de Imprensa. 01 de setembro de 1942. Biblioteca da Associação Baiana de Imprensa (ABI).

ATA da 401ª sessão ordinária da diretoria da Associação Bahiana de Imprensa. 30 de junho de 1943. Biblioteca da Associação Baiana de Imprensa (ABI).

A Tarde, 26 de março de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

A Tarde, 23 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

A Tarde, 28 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

A Tarde, 27 de setembro de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

A Tarde, 24 de novembro de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil – dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BENJAMIM, Walter. *A Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, pp. 20-1.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

O Imparcial, 04 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

O Imparcial, 06 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

O Imparcial, 08 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

O Imparcial, 09 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

O Imparcial, 14 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

O Imparcial, 17 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

O Imparcial, 28 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

O Imparcial, 11 de agosto de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

SAMPAIO, Consuelo Novais. "A Bahia na Segunda Guerra Mundial". In: *O Olho da História*, Salvador: Edufba, 1995, nº1. Disponível em: <http://www.oolahistoria.ufba.br/01bahia.html>. Acessado em 02 de outubro de 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1987, p. 431.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UZEDA, Jorge Almeida. *O Aguaceiro da Modernidade na Cidade do Salvador (1935 – 1945)*. Tese (Doutorado em História). UFBA, Salvador, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

